

**Conceitos de inédito e original: uso e implicações na comunicação científica***Concepts of unpublished and original papers: use and implications in science communication*por Joana Coeli Ribeiro Garcia e Maria das Graças Targino

**Resumo:** Mudanças ambientais proporcionadas pelas tecnologias de informação e de comunicação aceleram a produção e o fluxo informacional no ambiente da comunicação científica. Suscitam discussões em torno de concepções vigentes nas normas de artigos de revistas científicas em qualquer área, em especial, no que se refere aos termos – inédito e original – como exigência para aprovação de escritos enviados para avaliação. Diante da disparidade de procedimentos editoriais no momento de aceitação de textos já disponíveis em repositórios institucionais, em bibliotecas digitais de teses e dissertações, ou, ainda, apresentados em eventos científicos, divulgados em diferentes suportes e no caso da edição de traduções, objetivamos analisar as possíveis mudanças conceituais dos termos citados e suas implicações na comunicação científica. Para tanto, selecionamos os campos de ciência da informação e museologia. Mediante o cruzamento de duas listas de revistas, produzidas respectivamente por Tomaél e Café e Borges (2011) e Santos (2011), chegamos ao total de 67 títulos para análise das normas de publicação, com ênfase para o uso das palavras inédito e original. Os resultados, em geral, apontam falta de uniformidade e de coerência, e desatualização em relação às tendências atuais, a exemplo do Movimento do Acesso Aberto, dos repositórios, das bases de dados de teses e dissertações, da expansão de eventos, da variedade de suportes agora disponíveis e da maior circulação de traduções. Apresentam-se, ao final, proposições.

**Palavras-chave:** Comunicação científica; Revistas científicas; Conceito de inédito; Conceito de original; Ineditismo; Originalidade.

**Abstract:** Environmental changes afforded by the technologies of information and communication accelerate the production and the information flow in the environment of scientific communication. The changes raise discussions on the standards concepts of the author guidelines in the scientific journal in any area, in particular with regard to the terms – unpublished and original – as a requirement for approval of writings submitted for evaluation. Because of the disparity of editorial procedures at the time of acceptance (or not) of texts already available in institutional repositories, digital libraries of theses and dissertations, or even presented at scientific meetings, or published in different media, and also in the case of translations, the article analyzes the possible conceptual changes of the two terms (unpublished and original) and their implications on scientific communication. To this end, we selected the fields of information science and museology. Through the comparison of two lists of scientific journals produced respectively by Tomaél and Café and Borges (2011) and Santos (2011), we reached the total of 67 titles to analyze the author guidelines, with emphasis on the use of words unpublished and original. In general, the results indicate lack of uniformity and consistency, and outdated compared to current trends, such as the Open Access Movement, repositories, databases of theses and dissertations, expansion event, the variety of supports now available and the largest circulation of translations. At the end, we present propositions.

**Keywords:** Scientific communication; Journals; Concept of unpublished papers; Concept of original papers; Originality.

**Introdução - Contexto de mudanças**

Impossível negar que a globalização provoca mudanças em todas as atividades humanas, como decorrência do uso incremental das tecnologias de informação e de comunicação presentes nos mais diferentes segmentos da vida individual e social do homem contemporâneo. Independentemente do nível de adesão às tecnologias, é evidente que sua interveniência altera substancialmente o cotidiano e apresenta pontos positivos, como imprimir maior agilidade às atividades, dentre as quais estão produção e divulgação de novos conhecimentos.

Se, antes, estudos e pesquisas se efetivam num clima de contemplação e como resultado de longo processo de maturação de ideias e de reflexão acerca dos fenômenos, hoje, a quantidade elevada de informações em circulação estimula a autoria coletiva e parcerias com vistas a atender às exigências da comunicação científica com imediatismo e celeridade. São fatores que conduzem à mutação da atividade autora, a tal ponto que se chega a discutir a eventual “morte do autor”, tema que, por sua complexidade, exigiria estudo à parte. Dizendo de outra forma, as variadas mídias ora disponíveis possibilitam o armazenamento, a preservação e o acesso das informações de forma ágil e abrangente, incluindo textos completos de artigos científicos.

No entanto, tudo isso pode conduzir a uma produtividade desenfreada, com o objetivo de suprir as exigências das agências de fomento e das próprias comunidades científicas, comprometendo, com frequência, a qualidade do trabalho do acadêmico, pesquisador ou cientista. A produção exacerbada leva a textos que nada acrescentam ao avanço da ciência e tecnologia, restringindo-se à pressão por produzir

quantitativamente ou, pior, à prática da troca de favores entre autores e editores, o que se configura como exercício tão pernicioso quanto a não contribuição para o arcabouço científico das diferentes áreas.

Também há significativas mudanças nos metadados, indicadas por [Ikematu](#) (2001). Antes concentrados em sistemas de processamento da informação com a tendência para o escopo de sua atuação passam, agora, a existir em todas as funções das tecnologias de informação e de comunicação. O autor é enfático ao tratar da urgência de integração e de uniformidade de linguagem e significados, embora reconheça a autonomia do usuário para lançar mão de criatividade em seus produtos. Registra-se tendência de crescimento de dados numéricos e resultados de pesquisas efetivadas em instituições de ensino superior, configurando a denominada ciência eletrônica (*e-science*). São informações que necessitam de políticas, gestão, investimentos, segurança, preservação, controle de metadados para que o acesso possa se realizar sem problemas e constituir repositórios de dados científicos.

Com referência aos colégios invisíveis, por meio dos quais os cientistas utilizavam cartas via correio tradicional para discussão de projetos em andamento, são paulatinamente substituídas por informais electronic mails (*e-mails*) e, mais recentemente, por redes sociais formadas para a consecução de distintos objetivos. Nesse ambiente de cultura digital efervescente, [Guédon](#) (2008) chama a atenção para o Movimento do Acesso Aberto e suas amplas oportunidades de disseminação da informação técnico-científica. Decerto, a maioria dos cientistas de diferentes nações reconhece as potencialidades do Open Access (*OA*) como recurso capaz de desenvolver sua capacidade de trabalho e, portanto, de contribuir eficazmente para a evolução científica e tecnológica. Desde 2002, com a divulgação da [Budapest Open Access Initiative](#), o Movimento se expande com vistas à divulgação da produção científica. Trata-se de jornada detalhada por [Peter Suber](#) (2009a, 2009b), incluindo página eletrônica com histórico, evolução e informações diversas sobre o *Open Access*.

Ademais, no contexto do Movimento do Acesso Aberto, há projetos desenvolvidos pela comunidade europeia em colaboração com editores científicos, bibliotecários e pesquisadores, inclusive, estudando as controvérsias sobre a produção científica inserida nos repositórios institucionais, RI. Estes representam proposta alternativa para a comunicação científica na condição de instância online para coleta, preservação e disseminação da produção intelectual e científica de uma instituição, com ênfase para universidades e institutos de pesquisa, uma vez que alteram a cadeia de produção, disseminação e uso do conhecimento registrado no âmbito das organizações, antes universo exclusivo dos editores comerciais.

E mais, a demanda dos órgãos para disponibilizarem as informações produzidas em seu âmbito de atuação encontra abrigo no edital para distribuição de servidores (*hardwares*), lançado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia ([Ibict](#), 2009) com o intuito de expandir a construção de repositórios. As instituições que recebem os equipamentos devem customizar as instalações, colocar logomarcas e definir metadados segundo suas demandas. Por conseguinte, encontra-se em gestação proposta de política nacional que promove distribuição dos equipamentos para difundir informações. Ainda segundo a fonte supracitada, o servidor pode abrigar, além de repositórios, títulos de revistas mantidos pelas instituições públicas de ensino e pesquisa e, também, suas teses e dissertações. Aliás, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) é gerenciada pelo citado Instituto visando reunir os trabalhos acadêmicos e, por conseguinte, estimular seu acesso irrestrito em meio eletrônico.

No entanto, ao tempo em que as mudanças ambientais proporcionadas pelas tecnologias agora existentes aceleram a produção e o fluxo informacional no ambiente da comunicação científica, também suscitam discussões em torno de concepções vigentes nos critérios ou nas normas para aceitação ou recusa de artigos de revistas científicas em qualquer área do saber, complementadas, em alguns casos, pelos editoriais. Estamos nos referindo, em especial, aos termos – inédito e original – que fazem parte das exigências para aprovação dos textos enviados.

Diante das reações distintas dos editores de periódicos, no momento de anuência ou não de textos já disponíveis em repositórios institucionais, em bibliotecas digitais de teses e dissertações, ou, ainda, apresentados em eventos científicos, divulgados em diferentes suportes e no caso da edição de traduções, objetivamos analisar as possíveis mudanças conceituais dos termos inédito e original. A partir daí, o uso e as implicações daí advindas na comunicação científica. Para tanto, recorremos à clássica teoria do conceito de [Dahlberg](#) (1978) e aos estudos de [Wilson](#) (1963), segundo a qual nossa experiência de linguagem condiciona-se ao tempo e ao espaço, elementos prioritários da sensibilidade humana.

## Procedimentos metodológicos

Para a consecução dos objetivos, em termos de pesquisa de campo, visando aprofundar a análise,

delimitamos as áreas de ciência da informação e museologia. Para identificação de suas revistas científicas, recorremos à listagem de 58 títulos de maior impacto nos campos citados, elaborada por [Tomaél e Café e Borges](#) (2011), confrontada com o rol preparado por [Santos](#) (2011), com 54. Além dos títulos, as listas trazem elementos em comum, tais como a inclusão de publicações brasileiras e de outros países, o *International Standard Serial Number (ISSN)*, a instituição-editora e a classificação Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (*Capes*), em especial, os estratos A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5.

Além da revisão de literatura sobre a temática e da técnica de observação sistemática para identificar casos representativos da imprecisão conceitual de inédito e original no dia a dia da editoração, efetivamos confronto entre as duas listagens porque as datas de coleta diferem, e também, há títulos que aparecem numa e não em ambas, o que totalizou sessenta e sete periódicos. Para dar ideia da diversidade estudada, em termos de linha editorial, área geográfica, suporte (*impresso ou eletrônico*), e editora, entre outros itens, citamos alguns deles, que podem ser visitados em suas páginas eletrônicas, razão pela qual não estão referenciados ao final. Eis: Anais do Museu Histórico Nacional; Anais do Museu Paulista; Anales de Documentación; Brazilian Journal of Information Science; Bulletin of the American Society for Information Science; Ciência da Informação; Datagramazero; Education for Information; Les Enjeux de l'Information et de la Communication; Em Questão; Encontros Bibli; Informação & Sociedade: Estudos; Information Research; The International Information & Library Review; Investigación Bibliotecológica; Library Trends; Liinc em Revista; Perspectivas em Ciência da Informação; Ponto de Acesso; El Profesional de la Información; Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação; Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação; Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Transinformação.

Ao contrário do segundo rol, o primeiro deles omite instruções de submissão dos artigos, de modo que consultamos os sites para obter as informações necessárias sobre a presença dos termos inédito e original nas referidas instruções. Aliás, as normas recebem denominações variadas, embora similares em sua essência. Por exemplo: normas para apresentação de colaborações; normas para apresentação dos originais; instruções para os autores; orientação para a apresentação de artigos; e instruções básicas para preparo dos originais. No entanto, a leitura e a análise das recomendações editoriais de cada título apontam a diversidade estrutural das revistas, com seções nomeadas de formas dispareces, o que também requer nova pesquisa. Revelam, por exemplo, o uso da expressão – memória científica original – para designar artigos propriamente ditos ou simplesmente artigos científicos, na acepção de unidade essencial do periódico científico, mediante a divulgação de contribuições originais. Aliás, esclarecemos como adendo que – originais – é a expressão comumente usada para nomear as matérias recebidas por editores e editoras para avaliação, qualquer que seja sua natureza.

### **Inédito e original: o que significam**

Na psicologia da aprendizagem, o segmento conceito do conceito demonstra exatamente a dificuldade de se definir conceito. Em primeiro lugar, face à ampla variedade de fenômenos que podem ser tidos como conceitos. Também a busca de atributos comuns a esta quantidade extraordinária de fenômenos é desencorajadora, visto que além de ser irrisório o número de atributos, sua aplicabilidade a toda gama de entidades abrangidas é quase sempre incerta, bem como também é imprecisa a compreensão que oferecem a respeito da natureza essencial dos conceitos. Outro elemento que acentua a discordia nos estudos é o fato de as diferenças entre as entidades serem significativas, assumindo relevância muito maior do que as semelhanças. Em outras palavras, os conceitos deixam, inevitavelmente, a impressão de que algo foi omitido, desvirtuado ou simplificado em demasia.

A noção de conceito é fundamentada no conhecimento e na proximidade da situação estimuladora, por quanto é a abstração das características, dos fatos ou objetos facilmente observáveis ou mensuráveis. No entanto, alguns deles não podem ser tão nitidamente relacionados aos fenômenos que representam, como é o caso de atitudes, aprendizagem, papel e motivação. São inferências em nível mais elevado, como o conceito dos termos inédito e original, cujo sentido não pode ser facilmente transmitido por meio da indicação de fatos específicos, ou seja, se há complexidade em definir o que é conceito, tal complexidade se amplia quando tentamos isolar os conceitos dos termos em discussão ([Dahlberg](#), 1978; [Wilson](#), 1963).

Após esses esclarecimentos, recorremos a um dicionário generalista de ampla aceitação em território nacional, o Dicionário eletrônico, nova ortografia, ano 2012, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Reforçando o pensamento dos autores supracitados, para quem as palavras assumem vários significados ou sentidos fluidos, a depender do ângulo a partir do qual as consideramos, reiteramos que inexiste concepção melhor ou pior do que a outra, e, sim, concepção mais, ou menos apropriada ao fenômeno representado. Sob esta ótica, o vocábulo inédito, como adjetivo, aparece com duas acepções, a segunda das quais em sentido figurado: (1) não publicado ou não impresso; (2) nunca visto; original; incomum. Como substantivo

(masculino) refere-se à “*obra que ainda não foi publicada*”. O adjetivo “*publicado*”, por seu turno, corresponde ao “*1. que se publicou ou publica; 2. divulgado*”. Quanto ao termo original, há diferentes acepções:

*Adjetivo de dois gêneros.*

1. *Relativo à origem.*
2. *Que provém da origem; inicial, primordial, primitivo, originário.*
3. *Que não ocorreu nem existiu antes; inédito, novo.*
4. *Que foi feito pela primeira vez, em primeiro lugar, sem ser copiado de nenhum modelo.*
5. *Que tem caráter próprio; que não procura imitar nem seguir ninguém; novo.*
6. *Que por seus caracteres peculiares, singulares, chega ao ponto de tornar-se bizarro, extravagante.*

*Substantivo masculino.*

7. *Obra original, o modelo do qual se poderão tirar cópias ou reproduções.*
8. *Escrito primitivo.*
9. *Pessoa ou coisa reproduzida ou descrita pela arte; modelo original.*
10. *Editoração de material (texto manuscrito, datilografado, ou impresso, fotografia, desenho, etc.) destinado à preparação editorial e ulterior impressão.*

*Substantivo de dois gêneros.*

11. *Pessoa original.*

Devido à inadequação das acepções da palavra original como substantivo de dois gêneros para o objetivo proposto, interessa-nos somente as definições como adjetivo e como substantivo masculino (*itens 1 a 10*), porque são elas que se aproximam das exigências das normas impostas pelos editores das revistas científicas.

No momento em que o Dicionário concebe inédito como sinônimo de original e vice-versa, percebemos a ambiguidade que permeia o significado dessas expressões. As dificuldades de conceituação são ainda mais evidentes no confronto entre a definição de número quatro “*sem ser copiado de nenhum modelo*” e a de número sete “*o modelo do qual se poderão tirar cópias ou reproduções*”. Para ser original, um texto não pode ser copiado, mas em sendo original, serve de modelo para ser copiado ou reproduzido. Reportando-nos ao contexto atual em que vivenciamos, adjetivar um texto por sua originalidade significa que o autor ou outras pessoas podem duplicá-lo em outras mídias. Isso não lhe retira a originalidade e por não retirá-la e ser sinônimo de inédito, este estaria da mesma forma garantido.

### **Inédito e original: repositórios institucionais e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações**

A cópia, a duplicação ou nova publicação encontra eco na referência aos repositórios institucionais, quando o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia ([Ibict](#), 2009) garante que qualquer instituição pública de ensino e pesquisa pode e deve implantar seu repertório. A única exigência é que mantenham políticas de informação prevendo o autodepósito de uma cópia dos trabalhos de seus pesquisadores junto à respectiva coleção, sempre que editados em revistas devidamente avaliadas pelos pares. A este respeito, no caso do Brasil, o repositório institucional surge oficialmente em 2007, mediante Projeto de Lei n. 1.120 apresentado à Câmara dos Deputados pelo Senador Rodrigo Rolemberg. A adesão de parcela significativa da comunidade acadêmica e científica à proposta não é suficiente para evitar o arquivamento do Projeto. Assim, em 2011, Rolemberg inicia nova trajetória. Desta vez, registra o Projeto de Lei n. 387, ano 2011, junto ao Senado. Nele introduz alterações, dentre as quais a inserção de institutos brasileiros de pesquisa junto às universidades. Apesar de ainda não ter sido aprovado, o Projeto representa proposta de política nacional para gestão dos repositórios:

*Art. 1º As instituições de educação superior de caráter público, bem como as unidades de pesquisa, ficam obrigadas a construir repositórios institucionais de acesso livre, nos quais deverá ser depositado, obrigatoriamente, o inteiro teor da produção técnico-científica conclusiva dos estudantes aprovados em cursos de*

*mestrado, doutorado, pós-doutorado ou similar, assim como, da produção técnico-científica, resultado de pesquisas científicas realizadas por seus professores, pesquisadores e colaboradores, apoiados com recursos públicos para acesso livre na rede mundial de computadores.*

*§ 5º No caso em que a produção técnico-científica seja protegida por contratos de direito de propriedade intelectual ou contenha invenções ou modelos de utilidade passíveis de patenteamento que a impeça de ser depositada em seu completo teor, os professores, pesquisadores e colaboradores se obrigarão a depositar os seus metadados, informações que descrevam a referida produção técnico-científica, tanto os de caráter bibliográfico quanto os relacionados com as questões de direitos, mantendo-os, provisoriamente, em acesso restrito enquanto durar a restrição, tendo o dever de disponibilizar o acesso ao seu completo teor a partir do momento da cessação da limitação expressa neste parágrafo.*

*Art. 2º Com o propósito de estimular os professores, pesquisadores e colaboradores a observar o disposto nesta Lei, bem como propor ações e medidas que promovam o fluxo da informação científica, com base nas estratégias do acesso livre, será constituído comitê de alto nível, composto por representantes dos principais segmentos da comunidade científica envolvidos na cadeia produtiva da pesquisa científica, com o objetivo de propor uma política nacional de acesso livre à informação científica (Brasil, 2011c).*

Parece-nos indiscutível: se há toda uma luta de indivíduos e da maioria da comunidade científica no sentido de utilizar os metadados como elementos essenciais à recuperação acurada das informações e também é visível a gradativa expansão da e-science na conjuntura do Movimento do Acesso Aberto, as instruções para os autores precisam rever o uso conceitual dos termos inédito e original. Negar a possibilidade de edição em revistas científicas pelo fato de o trabalho estar em repositórios ou na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (*cujo conteúdo está inserido nos repositórios, o Art. 1º do Projeto de Lei n. 387, aqui compilado*) significa contrariar o prescrito no Projeto quanto à obrigatoriedade de criação e manutenção das coleções. Contrariar o prescrito significa ir de encontro à disseminação da produção técnico-científica das instituições, cerceando ou reduzindo o acesso aos conhecimentos recém-gerados, relegando fato de suma importância: os conteúdos das revistas científicas são ou deveriam ser públicas. Resultam do fruto de pesquisas pagas com impostos das coletividades. Ir de encontro à disseminação da produção, por sua vez, é contrariar a proposta do Movimento do Acesso Aberto, que desde seu início, quando do manifesto de Budapeste, já descreve alternativas adaptáveis às distintas realidades, como detalhado por [Guédon](#) (2008).

Ademais, além do Projeto em pauta, a Lei n.12.527, de 18 de novembro de 2011 ([Brasil](#), 2011b), dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações de natureza pública, em obediência ao previsto na Carta Magna, 1988. Em vigor a partir de maio de 2012, na visão do Ministro Chefe da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage, configura-se como significativa mudança de paradigmas. Agora, o “acesso é a regra e o sigilo, a exceção” ([Brasil](#), 2011a, p. 3). E afirma ser preciso vencer o desafio de caráter administrativo relativo à carência de recursos financeiros e humanos capacitados com a meta de derrubar a “*cultura do silêncio*” ou a “*cultura do segredo*”.

Além disso, em se tratando dos títulos adeptos do *Open Journal System (OJS)* ou do correspondente brasileiro Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), a autorização dos autores para divulgação plena está previamente concedida graças ao [Creative Commons](#) ou ao [Creative Commons Brasil](#). Mediante a licença, o autor permite o uso dos conteúdos por ele produzidos sob diferentes condições, como detalhado nos referidos endereços eletrônicos.

### **Inédito e original: trabalhos em eventos**

Na esfera das querelas sobre a aceitação de artigos, as listas de discussão (*alternativa aos colégios invisíveis tradicionais*) de distintas áreas expõem pontos de vista favoráveis ou contrários à divulgação de textos anteriormente expostos em eventos científicos. Se somente apresentados em pôsteres ou oralmente, parece ser consensual a possibilidade de divulgação posterior como artigos ou capítulos de livros. O argumento determinante é que oralidade e efemeridade são as características básicas dessa modalidade de comunicação científica. A este respeito, [Meadows](#) (1999) lembra que a fala tem mais limitações do que a escrita. Pode ser produzida com maior velocidade do que a escrita, mas esta é absorvida mais rapidamente. Ler um artigo provê mais informações num intervalo de tempo bem menor do que assistir a uma apresentação sobre tema

idêntico, mesmo com o uso de recursos audiovisuais. Se o processo de leitura permite idas e vindas, os textos orais seguem padrão linear e, mantêm elevado nível de redundância. Além disso, há fatores intervenientes na compreensão da comunicação falada, como voz inaudível, sotaque acentuado ou marcante, sem falar na dicção, na complexidade das pausas e na tendência para o uso de palavras difíceis.

Se as matérias apresentadas em eventos científicos já foram transformadas em capítulos de livros, como acontece cada vez mais, sobretudo, em países europeus, também há unanimidade, mas, desta vez, em termos de impossibilidade de edição das comunicações como artigos. Exemplificando: (1) o “*I Congreso Los Estudios de Comunicación en el Espacio Europeo de Educación Superior*”, ocorrido em 2010, em Madri (Espanha), resultou em livro nos formatos impresso e eletrônico com seus respectivos International Standard Book Number (ISBN), sob o título “*Competencias y perfiles profesionales en los estudios de ciencias de la comunicación*”; (2) o “*II Congreso Internacional Comunicación 3.0*”, 2010, Salamanca (Espanha), deu origem ao livro eletrônico “*Nuevos medios. Nueva comunicación*”. É a comprovação do pensamento de Meadows (1999, p. 140), para quem, apesar de críticas reincidentes, “*os trabalhos apresentados em congressos e conferências, em geral, se publicam como coletâneas, em forma de livro ou como número especial de um periódico pertinente*”.

A contestação é mais frequente quando as comunicações de eventos são compiladas em anais, hoje, quase sempre eletrônicos. Há títulos que sumariamente recusam essa modalidade de artigos, alegando que não são inéditos ou originais. Reforçam o pensamento de Le Coadic (1996, p. 35), para quem “*no terreno formal, o pesquisador está obrigado, por um código tácito de deontologia, a publicar a informação apenas uma vez, em um único artigo*”. Em linha de pensamento divergente, Meadows (1999) e Witter (2010) afirmam que um texto apresentado em encontros constitui uma pré-publicação e como tal, pode ser reformulado via críticas e sugestões apresentadas pelos pares visando à sua edição como artigo científico ou capítulo de livro. Consideram os trabalhos de congressos e similares um rito natural inserido na comunicação científica, e, assim sendo, os visualizam como etapa prévia da publicação formal, na categoria de comunicação semiformal. Para Galvão (2012), ainda que se trate de duplicação, é possível a aceitação, desde que, na primeira página, o segundo texto esclareça sua origem e traga dados de identificação do evento, como data, local e instituição promotora.

Em tempo diverso, quando a cultura digital e a ciência eletrônica não constituíam o contexto, os anais de eventos e seus textos, além de relatórios, teses, etc. eram considerados literatura cinzenta, cujo traço marcante era a não comercialização e o alcance limitado, porquanto atingem público limitado composto tão somente pelas pessoas presentes ao evento. A Fourth International Conference on Grey Literature: New Frontiers in Grey Literature, levada a efeito em Washington, DC, outubro de 1999, assim define a literatura cinzenta: “*O que é produzido em todos os níveis do Governo, institutos, academias, empresas e indústria, em formato impresso e eletrônico, mas que não é controlado por editores científicos ou comerciais*”.

Se a não negociação persiste depois de mais de uma década, nos dias de hoje, a abrangência está assegurada, haja vista que os textos dos eventos podem integrar os repertórios institucionais, embora o Projeto de Lei n. 387 em tramitação, em nenhum momento, se refira especificamente a esses trabalhos. Porém, o Art. 1º § 4º deixa em aberto, quando prescreve: “*Deverão (sic) ser depositadas (sic) toda a produção científica resultado de pesquisas que receberam apoio financeiro proveniente do Governo federal, estadual e municipal*”. Lembramos, então, que a frequência aos congressos, no caso de representantes legítimos da instituição, é quase sempre financiada por dinheiro público. E esses textos tendem a integrar os repertórios das organizações que promovem os encontros. Há, ainda, a chance de sua inserção em várias mídias concomitantemente. Inclusive, concordamos com Pujol (1995), para quem essa literatura nas bases de dados vem se tornando mais e mais “*branqueada*” graças aos sistemas de localização disponíveis na internet.

Ainda a este respeito, é interessante registrar pesquisa empreendida por Peres e Garcia (2012), envolvendo levantamento bibliográfico sobre termos relacionados à tecnologia. O corpus incorpora os anais do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, de 1994 a 2010; do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 2005-2011 e do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, anos 2008 a 2010. Além dos títulos de revistas em ciência da informação com Qualis A2 a B2: Ciência da Informação (1978-2011); DatagramaZero (1999-2012); Em Questão (2000-2012); Encontros Bibli (1996-2012); Informação & Sociedade: Estudos; (1991-2012); Perspectivas em Ciência da Informação (2006-2012); e Transinformação (2002-2012). Na abrangente amostra, as autoras identificam cento e sessenta textos. Porém, bem aquém do previsto por Meadows (1999), para quem, cerca de 50% de pesquisas relatadas em congressos terminam divulgadas em outros meios e formatos, do total de cento e sessenta, apenas 5% das comunicações publicadas nos anais dos eventos, no ano seguinte, estão em dois dos periódicos citados. É um

dado que revela possível visão editorial mais ampla desses títulos, mas também está aquém dos 50% previstos teoricamente, ou seja, nem todos “*correm*” para as revistas após a participação em encontros científicos. Dos 5%, 3% mantêm título idêntico e algumas mudanças no conteúdo (*Perspectiva em Ciência da Informação*), enquanto os outros 2% são republicados na íntegra (*Ciência da Informação*), sem qualquer alteração. Ainda que se trate de índice inexpressivo, confirma a tendência defendida por [Galvão \(2012\)](#) e [Witter \(2010\)](#) e pelo próprio [Meadows \(1999\)](#).

### **Inédito e original: diferentes suportes e traduções**

Na linha de análise de conceito dos vocábulos inédito e original, há dúvidas persistentes em relação à divulgação de um mesmo trabalho em diferentes meios ou diferentes suportes. São duas correntes teóricas bem definidas. Como visto, enquanto [Le Coadic](#) é restritivo no que se refere à divulgação ampla de um mesmo texto, [Meadows](#) (1999, p. 164) assegura, com palavras textuais, ser “*possível reportar oralmente uma mesma pesquisa mais de uma vez, mas ela também pode aparecer em mais de um tipo de publicação*”.

É a percepção da função social do pesquisador no sentido de se comunicar com um público mais amplo a fim de difundir os resultados de suas investigações no âmago das coletividades, valorizando a ciência como processo fundamentalmente social. Isso aponta a possibilidade de um mesmo texto estar no espaço virtual e sob o formato impresso, estar em revistas e livros e assim sucessivamente. Por exemplo, Pedro López López e Toni Samek, ano 2011, em capítulo de livro intitulado “*Inclusión digital: un nuevo derecho humano*”, acrescentam em nota de rodapé que este fora divulgado como artigo na revista *Educación y Biblioteca*, em 2009. Apesar de preservar o título, contém algumas modificações.

Um mesmo escrito divulgado em idiomas diferentes e em países distintos também gera discussões frente às duas correntes antagônicas: a crença de que a mudança de língua mantém o ineditismo do texto; a crença de que há comprometimento. Exemplificando: o capítulo de Joana C. R. Garcia e M. das Graças Targino, “*O editor e a revista científica: entre ‘o feijão e o sonho’*” constante do livro “*Mais sobre revistas científicas: em foco a gestão*”, 2008, é publicado posteriormente em edição bilíngue em inglês e espanhol na revista *Fonseca: Journal of Communication*, Salamanca, Espanha, ano 2010.

### **Como os conceitos são usados em revistas de ciência da informação e museologia?**

Dentre os sessenta e sete títulos que integram o corpus, as instruções para os autores, em sua maioria (64,18%), são bastante genéricas. Limitam-se a mencionar aspectos formais, incluindo número de laudas; total de separatas ou fascículos distribuídos aos autores, quando o artigo é publicado; tipo de citações e de referências; processador de texto adotado; idioma(s) do(s) resumo(s) e das matérias; instruções sobre ilustrações, símbolos e abreviaturas; devolução ou não dos originais; dados que constam da primeira página; solicitação de minicurrículo dos autores e assim por diante. Há, ainda, explicações do tipo: podem ser submetidos artigos com nova abordagem para tópicos já cobertos ou nova aplicação ou diferente metodologia no tratamento de uma temática.

As expressões – inédito e original – figuram em vinte e quatro (35,82%) das normas, mas de forma dispersa. Exemplificando: inédito aparece em quinze títulos nos contextos: textos inéditos (*oito*); inéditos no Brasil (*um*); inéditos em português (*um*); inéditos em português, espanhol e inglês (*um*); inéditos e originais ou textos originais e inéditos, em quatro outros. A palavra original, além de constar junto com o adjetivo inédito nessas quatro instruções, está em mais nove menções: textos originais (*cinco*); originais e inovadores (*um*); artigos oportunos (*um*); e por último, originais nunca antes publicados (*dois*). Há normas que deixam em aberto a questão de inédito e original, favorecendo ao autor justificar a situação específica de seu texto no item “*Comentários ao editor*”. É o que faz, por exemplo, *Perspectivas em Ciência da Informação* e *Transinformação*.

Considerando norma como aquilo que se estabelece como base para avaliação de determinada atividade, a falta de precisão e de rigor é inaceitável e atesta a complexidade que cerca os estudos de conceito, enunciados por [Dahlberg \(1978\)](#) e [Wilson \(1963\)](#). Além da “*frouxidão*” inerente a palavras, como inovadores e oportunos, que surgem sem qualquer explicação conotativa, as orientações aos autores, em geral, não definem, com exatidão, o que é inédito e original. E mais, há comportamentos avaliativos bem distintos e até controversos. *Library Trends*, por exemplo, exige textos originais, admite atualizações de artigos previamente publicados e, no entanto, veta revisões ou adaptações de matérias publicadas. Há exceções, como o editorial do *DatagramaZero*, agosto de 2012, que elucida sua visão sobre inédito e original: “*Um artigo original é o que não foi conhecido e não existiu antes publicado no mesmo formato e num canal de mídia de divulgação destinada a atender a um determinado público de leitores; é inédito, é novo aquele texto colocado pela primeira vez em um canal de comunicação e destinado a um grupo de leitores específicos ou em geral. Nesse sentido entendemos que uma dissertação ou tese de mestrado em formato*

*papel ou digital, publicada na web ou colocada em um repositório não retira a originalidade de artigo relacionado para publicação. Não tem o mesmo formato não passou pelos canais de divulgação convencionais.*"

De forma similar, Ponto de Acesso define originais como textos: “*que não tenham sido publicados em português, inglês, francês e espanhol em livros ou qualquer outra revista acadêmica nacional ou estrangeira*”. Além disso, é surpreendente verificar que das sessenta e sete revistas, apenas uma, Datagramazero, como transcrita anteriormente, faz menção à perspectiva editorial dos textos disponíveis em repositórios institucionais e das teses e dissertações. O *Open Access* é olvidado por completo. Somente Ponto de Acesso, 2012, embora sem mencionar formalmente o Movimento do Acesso Aberto, inclui em seu objetivo a relevância do acesso livre e grátils: “*tornar acessíveis, livre e gratuitamente trabalhos acadêmicos focados em temas no campo de estudos da informação*”.

Quanto à questão da publicação de trabalhos em diferentes suportes, esta aparece diluída em diferentes momentos das normas. Quanto às traduções, de forma objetiva, Anales de Documentación; Perspectivas em Ciência da Informação; e Transinformação incluem o item – traduções – entre os tipos de manuscritos recebidos. Outras instruções, como as de Ciência da Informação; Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação; Revista Digital de Biblioteconomia afirmam aceitar trabalhos antes publicados em títulos estrangeiros, com a condição de que sejam submetidos à avaliação como os demais originais. Como o suporte é o mesmo – revista – interpretamos que se referem a um mesmo paper publicado em línguas diferentes e títulos também distintos, ou seja, tradução ou versão. Estas, em qualquer caso, devem ser enviadas para julgamento junto com autorização formal do editor antecessor.

Para as comunicações publicadas em anais de congressos e outros eventos, apenas Ponto de Acesso explicita em suas diretrizes que “*textos publicados somente em anais de eventos científicos poderão ser submetidos*” em oposição à Datagramazero que, reiterando o pensamento de Le Coadic (1996) diz textualmente: “*Entendemos que um mesmo texto completo publicado e divulgado em papel e/ou em formato digital para um site da web, um blog, congresso, simpósio, reunião, etc. disponibilizado para acesso geral não é mais original para efeito de publicação, mesmo que receba, em seu conteúdo, algumas modificações supervenientes a sua construção inicial, sem ser, contudo, uma nova e inédita construção.*”

Ao que parece, nas demais revistas, não há procedimentos consensuais. Encontramos títulos que recusam as comunicações, alegando que constar de anais impressos ou eletrônicos compromete seu ineditismo, ao tempo em que, como observamos empiricamente, há editor que justifica formalmente sua posição. Nesse caso, lança mão de argumento omisso em suas determinações, mas presente nas prescrições de renomado título norte-americano *Journal of American Society for Information Science and Technology (Jasist)*, que não aceita artigos antes publicados ou apresentados em outro meio, além de que estes não podem estar sob avaliação noutra publicação, independentemente do suporte: sejam revistas impressas, eventos, meios eletrônicos ou digitais.

Como contraexemplo e no rastro de teóricos como Meadows (1999) e Witter (2010), há publicações que exigem a submissão apenas de artigos inéditos, mas, no dia a dia, editam comunicações de eventos, se devidamente identificadas. Exemplificando: Liinc em Revista, publicação em parceria entre Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal do Rio de Janeiro, órgãos coordenadores do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, divulga resenhas e artigos inéditos em português sobre tópicos relacionados às suas linhas temáticas de acordo com as diretrizes de submissão. No entanto, o volume 7, número 1, 2011 destina-se a editar os melhores trabalhos selecionados pelos Grupos de Trabalho do XI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, realizado em 2010, Rio de Janeiro, sob a responsabilidade do Programa. Trata-se da prática eventual de um fascículo específico ou de uma edição especial.

Como vimos antes, há, ainda, a chance de a comunicação divulgada nos anais se transformar em capítulo de livro. É o que acontece com “A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação”. Agrupa os dois melhores textos de cada Grupo de Trabalho do IX Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, ano 2008, São Paulo (Fujita; Marteleto; Lara, 2008).

Salvo engano, a seleção de melhores trabalhos para publicação em outra mídia pode ser interpretada como iniciativa dos editores em primar pelo conceito de originalidade. Na condição de “*melhores*”, os textos podem ser reproduzidos em consonância com conteúdo do verbete do Dicionário Aurélio: original = “*modelo do qual se poderão tirar cópias*”. Lembramos que, segundo critérios invocados para os repositórios

institucionais e reforçados por Galvão (2012), a duplicação demanda autorização dos autores, embora não acreditemos em eventual recusa. No entanto, mesmo que se trate de iniciativa com o intuito de ratificar a qualidade de textos mais bem elaborados, os editores abrem um precedente, que pode ser invocado por autores que tentem a reedição de suas comunicações de eventos.

De qualquer forma, lembramos que os textos destinados aos eventos também são submetidos ao sistema *blind review*. Isso talvez motive alguns títulos de periódicos a aceitá-los, como Ponto de Acesso declara em suas normas e outros se mostram propensos a fazê-lo. Há situações em que o editor, ao tomar conhecimento dos conteúdos veiculados via repositório ou publicação eletrônica dos anais do evento, solicita autorização do autor para reeditar sua matéria. O inverso também ocorre. Conforme Hélio Kuramoto, Coordenador-Geral de Pesquisa e Manutenção de Produtos Consolidados do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, há quem recorra às revistas científicas para, a seguir, inserir sua produção nos repositórios. Acrescenta: “é importante ressaltar que, hoje, 63% das revistas científicas já permitem o depósito de artigos publicados em suas revistas e, apenas 9% dos editores não permitem o depósito, nem dos artigos (post-prints) publicados em suas revistas nem dos preprints” ([Ibict](#), 2009).

Na verdade, a técnica de observação sistemática e a análise das sessenta e sete normas, complementadas, algumas vezes, por informações colhidas em editoriais, constatam uma profusão de acepções ou de vazio em torno dos vocábulos inédito e original nas normas de publicação das revistas científicas. Salvo uma ou outra exceção, percebemos falta de uniformidade e de coerência nas prescrições, além de postura alheia às tendências atuais da comunicação científica, a exemplo do *Open Access*. Na prática, é a confirmação da premissa teórica de [Dahlberg \(1978\)](#) e [Wilson \(1963\)](#), para quem os conceitos não são estáticos. Atravessam contínuas mutações e embora retratem generalizações, estão imbuídos da individualidade que caracteriza o ser humano, incluindo, naturalmente, editores e membros de comissões editoriais.

São situações em que os atores envolvidos na editoração diferem no controle do que é inédito ou original. Algumas vezes, o editor; noutras, os peer reviewers; noutras, o próprio autor assume a responsabilidade por publicação anterior em atitude ética e louvável. Impossível determinar quem está correto ou não. Mas, no momento em que títulos científicos adotam aleatoriamente termos-chave na avaliação de originais comprometem a relevância de uniformidade tanto de linguagem quanto de significados como instrumento de validação crescente da *e-science*. E mais, reduzem a eficiência dos metadados, dificultam o ideal do Movimento do Acesso Aberto ([Guédon, 20008](#); [Suber, 2009a, 2009b](#)) e desaceleram as iniciativas brasileiras ([Brasil](#), 2011a, 2011b, 2011c) em torno do acesso à informação científica e, ainda, à informação pública como direito universal.

São visões distintas e não elucidadas nem em dicionários nem na literatura. Um exemplo representativo é a postura do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico ([CNPq](#), 2012), importante agência brasileira de fomento. Ao detalhar requisitos e condições para financiamento de revistas científicas, menciona, textualmente que o título deve “*ter mais de 80% de artigos científicos ou técnico-científicos publicados e gerados a partir de pesquisas originais, não divulgadas em outras revistas*”. Como mensurar o nível de originalidade? Aliás, é válido lembrar que há muito, nenhum estudioso da filosofia da ciência fala em originalidade absoluta da ciência. A partir do entendimento de que o conhecimento científico é acumulativo, a originalidade na ciência ou da ciência é sempre relativa. É concebida como sensibilidade diante de situações novas, flexibilidade e criatividade, objetivando fazer avançar o conhecimento, ou seja, é percebida na acepção de uma produção não repetitiva e que represente real contribuição ao repertório de saberes até então aceitos como verdadeiros.

### **Afinal, o que fazer? Apresentação de considerações propositivas**

Não podemos deixar de acatar a afirmação de [Dahlberg](#) (1978), segundo a qual enciclopédias e dicionários demandam atualização frequente. Antes, as enciclopédias eram revisitadas via *book of the year*. Ao ser lançado, este já carecia de up-date por conta das mudanças ocorridas ao longo do ano. Hoje, face ao avanço científico e tecnológico, a revisão permanente e contínua é ainda mais urgente. Apesar de a solução estar fora de nosso alcance, registramos a necessidade de atualização cuidadosa dos dicionários generalistas brasileiros, indo além da ortografia, para dar conta de suprir as demandas informacionais advindas de mudanças conceituais que caminham a passos gigantescos. É o caso das acepções de inédito e original.

Retomando as normas estudadas, dentro do prescrito por [Dahlberg](#) (1978) e [Wilson](#) (1963), reiteramos a complexidade de conceitos unívocos. No campo da ciência da informação e da museologia, o mapeamento do uso dos termos inédito e original nas instruções editoriais do corpus pesquisado sinaliza fronteiras imprecisas e que mantêm mera aproximação. Porém, a dificuldade conceitual não pode servir de engessamento em torno de busca de soluções, ainda que provisórias e não universais. A fragilidade

terminológica e conceitual interfere na prática cotidiana do pesquisador na divulgação de seus resultados de pesquisa e, assim, na esfera da comunicação científica.

Portanto, frente à disparidade identificada tanto no Dicionário de Aurélio B. de Holanda Ferreira como nas diretrizes das próprias revistas, decidimos traçar considerações propositivas enriquecidas pelo confronto entre quatro fontes credíveis na elaboração de normas técnicas: *American Psychology Association (APA, 2012)*; *Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2003)*; Comissão Internacional de Editores de Revistas Médicas (*as chamadas normas de Vancouver, 1998*); e *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, 2011)*. A primeira enfatiza contribuição original, a partir da premissa de que material publicado em momento anterior deve constituir a teoria e a metodologia e em quantidade que possibilite a compreensão do novo texto. Do contrário, se em quantidade abusiva, pode conduzir à duplicação de texto, ao plágio ou ao autoplágio. A Associação Brasileira de Normas Técnicas, porém, em sua norma específica sobre artigos em publicação periódica, ignorando a diversidade estrutural das revistas, só menciona a palavra original quando se refere a dois únicos tipos de artigos: artigo de revisão – resume, analisa e discute informações já editadas; artigo original – apresenta temas ou abordagens originais.

A *Comissão Internacional de Editores de Revistas Médicas* (1998, p.2), que trata das normas de Vancouver, comuns entre as publicações periódicas médicas, parece mais flexível. Admite ser frequente a recusa da maioria dos títulos face a trabalhos já divulgados ou em fase de julgamento junto a outros editores. Porém, isso não impede que as revistas ajuízem artigos rejeitados em outras instâncias ou relatórios completos advindos de relatos preliminares. Tal como *Meadows* (1999) e *Witter* (2010), para quem trabalhos de congressos são pré-publicações, a Comissão também defende a avaliação de “*um artigo que tenha sido apresentado numa reunião científica, mas não publicado na sua forma global, ou que aguarde publicação num livro de actos (sic) de conferência ou formato similar*”. Por último, o Código de boas práticas científicas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo exige originalidade da pesquisa científica e acredita que o pesquisador deve oferecer contribuições originais e relevante para o avanço do conhecimento, sem expressar, no entanto, seu conceito de original.

Da miríade apresentada, inferimos que os atores da editoração e da comunicação científica enfrentam constante indefinição. Vivem a ambiguidade conceitual e certo nível de arbitrariedade inerente à formulação dos conceitos, delineados por *Dahlberg* (1978) e *Wilson* (1963), além de confirmados no exame das normas editoriais do corpus e da consulta ao material de quatro instituições envolvidas na produção de normas técnicas. Tudo isso em relação ao significado de dois termos essenciais no processo avaliativo de textos enviados aos títulos – inédito e original – cuja concepção sofre mutações mais aceleradas graças às inovações tecnológicas. São eles determinantes à divulgação (*ou não*) de resultados de pesquisas em revistas científicas, e, por conseguinte, acarretam implicações na comunicação científica e na comunidade científica. Sob esta ótica, apesar da impossibilidade de apresentar conceitos consensuais, apresentamos, no mínimo, algumas sugestões:

Editores e autores devem primar por comportamento ético irrepreensível, esclarecendo com fidedignidade a situação do original sob submissão.

Os títulos de revistas científicas devem, irreversivelmente, atualizar os conceitos adotados, levando em conta as tendências contemporâneas. Isto é, não podem mais ignorar os movimentos contemporâneos, a exemplo do *Open Access*, dos repositórios, das bases de dados de teses e dissertações, da expansão de eventos, da variedade de suportes agora disponíveis e da maior circulação de traduções.

A atualização dos conceitos utilizados deve eliminar as ambiguidades operacionais de cada um deles. Em outras palavras, se a revista adota, de forma isolada ou concomitantemente, a expressão inédito, original, inovador, oportuno e qualquer outra, deve esclarecer qual o significado de cada um dos termos com o maior nível de detalhamento possível.

A especificação dos procedimentos em relação a essas situações – qualquer que seja – é imprescindível e serve para reduzir o fluxo de demanda, agilizando a editoração e a comunicação científica, uma vez que os autores passam a conhecer de antemão e com detalhes a pertinência ou não do envio de seu trabalho.

Por fim, diante da realidade da cultura digital, defendemos a disponibilidade dos textos em quantas mídias for possível para que o acesso seja amplamente facilitado, contanto que essa duplidade seja explicitada pelos autores aos editores e pelos editores ao público, em consonância com as tendências contemporâneas do Acesso Aberto respaldadas em âmbito nacional (*Projeto de Lei n. 387, 2011; e Lei n.12.527, 2011*).

*Sugerimos*, então, o uso prioritário de – inédito – em vez de original (*a originalidade absoluta no circuito*

*científico é sempre contestável*) na seguinte acepção:

Um artigo inédito é um original nem publicado antes no mesmo formato nem no mesmo canal de comunicação e destinado a um grupo de leitores específicos ou geral. Sob esta perspectiva, como adesão ao Movimento do Livre Acesso, entendemos que os conteúdos disponíveis em repositórios institucionais, em bibliotecas digitais de teses e dissertações, ou, ainda, apresentados em eventos científicos, não perdem seu ineditismo. A submissão das traduções devem seguir os mesmos trâmites dos demais originais, acompanhadas impreterivelmente de autorização formal do editor da primeira versão.

## Bibliografia

AMERICAN PSICOLOGY ASSOCIATION (APA). Regras essenciais de estilo da APA. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 6022 Informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa, apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

BRASIL. Controladoria Geral da União. Acesso à informação pública: uma introdução à Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Brasília: 2011a.

BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5o, no inciso II do § 3o do art. 37 e no § 2o do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. 2011b. Disponível em ? [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm?](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm?) Acesso em: 2 jul. 2012.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei n. 387, de 2011. Dispõe sobre o processo de registro e disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de educação superior, bem como as unidades de pesquisa no Brasil e dá outras providências. 2011c. Disponível em ?

[http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p\\_cod\\_mate=101006?](http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=101006?) Acesso em: 23 ago. 2012.

COMISSÃO INTERNACIONAL DE EDITORES DE REVISTAS MÉDICAS. Normas para apresentação de artigos propostos para publicação em revistas médicas. In: MIRANDA, J. A. Normas de Vancouver. 1998. Disponível em <http://homepage.esoterica.pt/~nx2fmd/Normas.html> Acesso em 12 fev. 2012.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPQ). Normas gerais para auxílios. Normas específicas: editoração (AED). Disponível em: <<http://www.cnpq.br/web/guest/normas?>> Acesso em: 23 ago. 2012.

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p.101-107, 1978.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO (FAPESP). Código de boas práticas científicas. São Paulo, 2011.

FUJITA, M. S.; MARTELETO, R. M.; LARA, M. L. G. (Org.). A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora; Marília: Fundepe, 2008.

GALVÃO, M. C. B. A integridade acadêmica e científica na produção e comunicação de conhecimento e informação em saúde. Infohome, 2012. Disponível em: [http://www.ofaj.com.br/columnas\\_conteudo.php?cod=662?](http://www.ofaj.com.br/columnas_conteudo.php?cod=662?) Acesso em: 23 maio 2012.

GUÉDON, J.-C. Open Access and the divide between “mainstream” and “peripheral” science. 2008. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/archive/00012156>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

FERREIRA, A. B. de H. Dicionário Aurélio versão 7.0: dicionário eletrônico, nova ortografia. São Paulo: 2012. 1 CD.

IKEMATU, R. S. Gestão de metadados: sua evolução na tecnologia da informação. DataGramZero: Revista de Informação, Rio de Janeiro, v.2, n.6, dez. 2001. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/dez09/Art\\_04.htm](http://www.dgz.org.br/dez09/Art_04.htm)>. Acesso em: 4 maio 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIENCIA E TECNOLOGIA (Ibict). Ibict promove implantação de repositórios institucionais. 9 fev. 2009. Disponível em: <<http://www.ibict.br/sala-de-imprensa/noticias/2009/ibict-promove-implantacao-de-repositorios/?searchterm=Kuramoto+repositorios>>. Acesso em 12 ago. 2012.

INTERNATIONAL CONFERENCE ON GREY LITERATURE: NEW FRONTIERS IN GREY LITERATURE, 4., Oct. 1999, Washington, D.C. GL'99 Conference Program. Washington, D.C.: Grey Literature Network Service, 1999. Disponível em: <[ses.sp.bvs.br/local/File/literatura\\_cinzena\\_trad.pdf](http://ses.sp.bvs.br/local/File/literatura_cinzena_trad.pdf)>. Acesso em 4 maio 2012.

LE COADIC, Y-F. A ciência da informação. Brasília: Brique de Lemos Livros, 1996. 119 p.

LOPÉZ, P. L.; SAMEK, T. I Inclusión digital: un nuevo derecho humano. In: CUEVAS CERVERÓ, A.; SIMEAO, E. (Coord.). Alfabetación informacional e inclusión digital, hacia un modelo de infoinclusión social. Gijón, Trea, 2011. p. 21-37.

MEADOWS, A. J. A comunicação científica. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

PERES, S.; GARCIA, J. C. R. Inovação tecnológica em publicações brasileiras da Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 13., 28-31 out. 2012, Rio de Janeiro. [Anais...] Rio de Janeiro: ANCIB, 2012.

PUJOL, R. La literatura gris en expansión. El Professional de la Información: Revista Internacional Científica e Profesional. Mar. 1995. Disponível em: <[http://www.elprofesionaldelainformacion.com/contenidos/1995/marzo/la\\_literatura\\_gris\\_en\\_expansin.html](http://www.elprofesionaldelainformacion.com/contenidos/1995/marzo/la_literatura_gris_en_expansin.html)>. Acesso em: 15 mar. 2012.

SANTOS, R. N. M. dos (Org.). Periódicos em ciência da informação: estrato Qualis e orientações para submissão de artigos. Recife: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, 2011. Não paginado.

SUBER, P. Interview about the Open Access Movement, OA. 2009a. Neo Americanist, [S. l.]. Disponível em: <<http://www.neoamericanist.org/archive-spring06/suber.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2012.

\_\_\_\_\_. Open Access news. 2009b. Disponível em: <<http://www.earlham.edu/~peters/fos>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

TOMAÉL, M. I.; CAFÉ, L. M. A.; BORGES, L. C. Diretrizes para a editoração de livros e revistas: ciência da informação e museologia. In: GARCIA, J. C. R.; TARGINO, M. das G. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB): reflexão e proposta para dinamização. João Pessoa: Ideia, 2011. p. 93-142.

WILSON, J. Thinking with concepts. Cambridge: University Press, 1963.

WITTER, G. P. Ética e pesquisa: gestores e pesquisadores. In: CURTY, R. (Org.). Produção intelectual no ambiente acadêmico. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2010. 158 p. 132-144.

### **Sobre os autores / About the Author:**

1) Joana Coeli Ribeiro Garcia e 2) Maria das Graças Targino

[nacoeli@gmail.com](mailto:nacoeli@gmail.com) e [gracatargino@hotmail.com](mailto:gracatargino@hotmail.com)

1) Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. 2) Pós-Doutora em Jornalismo pelo Instituto de Iberoamérica da Universidad de Salamanca. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí.

